

Estado da publicação: Não informado pelo autor submissor

# PRÁTICAS DE RESISTÊNCIA E TERRITORIALIDADES: O ENCONTRO ENTRE A OCUPAÇÃO CARLOS MARIGHELLA E A ESCOLA POPULAR

Larissa Miranda Domingos

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.12369>

Submetido em: 2025-06-25

Postado em: 2025-07-24 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

## PRÁTICAS DE RESISTÊNCIA E TERRITORIALIDADES: O ENCONTRO ENTRE A OCUPAÇÃO CARLOS MARIGHELLA E A ESCOLA POPULAR

LARISSA MIRANDA DOMINGOS

ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-4324-4535>

larissa.domingos@posgrad.ufsc.br

Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC, Brasil.

**RESUMO:** Este artigo analisa as três fases da Ocupação Carlos Marighella, localizada em Palhoça (SC), destacando os conflitos e resistências desde a ocupação inicial de um terreno abandonado até o despejo considerado ilegal. Após a remoção das famílias para um ginásio de esportes em outro bairro, local pouco acolhedor, os moradores se organizaram em assembleias para decidir os rumos da comunidade. Esse processo resultou na formação de uma nova ocupação em outro bairro do município, onde as famílias permanecem até o momento. A pesquisa examina a relação conflituosa com a prefeitura, as estratégias coletivas de mobilização e o uso das redes sociais para dar voz às famílias, em articulação com a comunidade universitária. Além disso, problematiza o Programa Minha Casa, Minha Vida, discutindo suas aplicações no município e suas consequências, a partir dos relatos dos coordenadores, evidenciando as complexidades da luta social por moradia e do direito à cidade. Na sequência, o artigo aborda o processo coletivo de construção de uma escola popular dentro da ocupação, fundamentada nas concepções da Pedagogia Histórico-Crítica. Desde a fundação da ocupação, em 2022, são desenvolvidos projetos educativos voltados para adultos moradores, elaborados conjuntamente por coordenadores, educadores e moradores. Com base em revisão bibliográfica e entrevistas semi-estruturadas, a pesquisa revelou as perspectivas pedagógicas dos educadores populares, os projetos em andamento e a percepção dos moradores sobre essas atividades. Essas ações ultrapassam o ensino formal, funcionando como espaços de troca de experiências e fortalecimento comunitário, ampliando a possibilidade de transformação social para além do aprendizado convencional.

**Palavras-chave:** ocupação urbana; escola popular; luta por moradia; educação popular; direito à cidade.

## RESISTANCE PRACTICES AND TERRITORIALITIES: THE ENCOUNTER BETWEEN THE CARLOS MARIGHELLA OCCUPATION AND THE POPULAR SCHOOL

**ABSTRACT:** This article analyzes the three phases of the Carlos Marighella Occupation, located in Palhoça (SC), highlighting the conflicts and resistances from the initial occupation of an abandoned lot to the eviction considered illegal. After the families were relocated to a sports gymnasium in another neighborhood, a place perceived as unwelcoming, the residents organized assemblies to decide the community's future. This process led to the formation of a new occupation in a different neighborhood of the municipality, where the families remain to this day. The research examines the contentious relationship with the city government, collective mobilization strategies, and the use of social media to give voice to the families, in partnership with the university community. Additionally, it problematizes the Minha Casa, Minha Vida program by discussing its applications in the municipality and its consequences based on coordinators' testimonies, revealing the complexities of the social struggle for housing and the right to the city. Next, the article addresses the collective process of building a popular school within the occupation, grounded in the concepts of

Historical-Critical Pedagogy. Since the occupation's foundation in 2022, educational projects aimed at adult residents have been developed collaboratively by coordinators, educators, and residents. Based on bibliographic review and semi-structured interviews, the research revealed the pedagogical perspectives of popular educators, ongoing projects, and residents' perceptions of these activities. These initiatives go beyond formal education, functioning as spaces for exchanging experiences and strengthening the community, expanding the possibility of social transformation beyond conventional learning.

**Keywords:** urban occupation; popular school; housing struggle; popular education; right to the city.

## INTRODUÇÃO

Este artigo reflete sobre o direito à cidade e as dinâmicas urbanas, centrando-se na Ocupação Carlos Marighella, em Palhoça (SC), para compreender as múltiplas fases desse movimento social e o processo coletivo de construção de uma escola popular no local. A partir de um quadro teórico que dialoga com autores contemporâneos do eixo temático sobre questões urbanas, como Gohn (2019), Scherer-Warren e Lüchmann (2015), buscou-se categorizar três fases distintas da ocupação, nas quais se destacam os conflitos e as resistências enfrentadas pelas famílias envolvidas. A ocupação inicial deu-se em um terreno abandonado, e o despejo posterior, considerado ilegal, resultou na remoção das famílias para um ginásio de esportes em um bairro pouco acolhedor. Essa situação de vulnerabilidade motivou a organização de assembleias populares para decidir os próximos passos da comunidade, culminando na formação de uma nova ocupação em outro bairro do município, onde as famílias permanecem atualmente.

O artigo analisa também a relação conflituosa entre os moradores e a prefeitura de Palhoça, as estratégias coletivas de mobilização e o uso das redes sociais para dar voz às famílias e fortalecer a luta por moradia. Em parceria com a comunidade universitária, esses recursos foram fundamentais para enfrentar os conflitos midiáticos e promover debates sobre o direito à cidade. A problemática do Programa Minha Casa, Minha Vida é discutida criticamente, a partir dos relatos dos coordenadores da ocupação, que evidenciam as limitações das políticas públicas na garantia da moradia digna e as consequências dessas para o município.

Complementarmente, o estudo investiga o processo educativo desenvolvido na ocupação, que se fundamenta nas concepções da Pedagogia Histórico-Crítica, inspirada em Paulo Freire. Desde a fundação da ocupação, em 2022, vêm sendo elaborados projetos educativos voltados para adultos moradores, construídos coletivamente por coordenadores, educadores e residentes. Esse processo educativo emerge como uma dimensão essencial da luta social, indo além do ensino formal para se constituir em espaço de troca de experiências, fortalecimento comunitário e construção política. Os

projetos em andamento incluem temáticas como Educação Ambiental e Educação Jurídica, e contam com o apoio de uma rede colaborativa que envolve educadores, estudantes de ensino médio e superior, bem como professores universitários, articulados por meio de projetos de extensão.

Para a realização deste estudo, foram adotados métodos qualitativos, incluindo revisão bibliográfica centrada nas categorias de educação popular, luta social por moradia, movimentos sociais, ocupação urbana e escola popular. A pesquisa documental examinou o acervo disponível para as atividades educativas, constatando a ausência de materiais organizados, o que reforça a necessidade de iniciativas colaborativas. A coleta de dados incluiu observação direta, registros fotográficos realizados durante o trabalho de campo, análise de publicações nas redes sociais e entrevistas semi-estruturadas com coordenadores, professores e moradores envolvidos no projeto educativo. As entrevistas ocorreram em abril de 2024, durante uma aula de Educação Ambiental promovida em parceria com estudantes universitários. Foram entrevistadas cinco moradoras e o coordenador geral da escola popular, cujos relatos ofereceram perspectivas sobre trajetórias pessoais, experiências educacionais e avaliações do processo vivido na ocupação. O diálogo com o coordenador aprofundou o entendimento do projeto pedagógico e político-social, bem como das demandas do movimento e dos planos futuros para ampliar a escola popular.

Assim, o artigo busca integrar a análise das fases da ocupação com a reflexão sobre as práticas educativas emergentes, contribuindo para o entendimento das estratégias de resistência, organização comunitária e a construção coletiva de direitos em contextos urbanos vulnerabilizados. Essa abordagem amplia a compreensão do direito à cidade para além do acesso à moradia, incorporando dimensões políticas, pedagógicas e culturais essenciais para a transformação social.

## **1. LUTA POR MORADIA, DIREITO À CIDADE E EDUCAÇÃO POPULAR**

A luta por moradia e o direito à cidade têm raízes profundas na crítica ao desenvolvimento capitalista, como evidenciado por Engels (2015), que aborda o crescimento do capital imobiliário e suas desigualdades no acesso à moradia pela classe trabalhadora. O sistema capitalista globalizado cria uma margem significativa de pessoas que, mesmo pagando aluguel, não possuem efetivo acesso à moradia digna e à cidade. Embora não se proponha a fazer uma comparação anacrônica entre períodos históricos, revisitar essas discussões oferece uma compreensão geral do tema. Ampliando essa reflexão, Harvey (2008) destaca os grupos que desafiam a hegemonia capitalista, analisando a urbanização como uma vertente do capitalismo voltada para a acumulação de capital e transformação dos meios de produção, influenciando diretamente as formas de organização social.

Nesse contexto, Canella (2016) analisa ocupações urbanas na região da Grande Florianópolis, como em São José, Biguaçu e Palhoça, ressaltando que as ocupações constituem ações políticas que, apesar das relações muitas vezes conflituosas com o Estado, demonstram capacidade de mobilização e organização coletiva para disputar recursos e o direito à cidade. Gohn (2019) amplia essa perspectiva ao narrar as fases das lutas populares no Brasil, enfatizando o papel dos movimentos sociais na construção do Estado democrático de direito e na formulação de repertórios históricos de ação popular. Scherer-Warren e Lüchmann (2015) contribuem categorizando a luta por moradia e as questões urbanas como movimentos populares, ressaltando a importância do engajamento político e dos repertórios de ação.

Inserida nesse cenário, a Ocupação Carlos Marighella surgiu em maio de 2022, com cerca de 100 famílias ocupando um terreno abandonado na Guarda do Cubatão, motivadas pela precariedade habitacional e altos custos de aluguel em Palhoça. Após um despejo no inverno de 2022, que resultou em realocação para um ginásio e danos materiais, as famílias se organizaram em assembleias e ocuparam um novo terreno no bairro Aririú da Formiga, onde mantêm atividades comunitárias, mutirões e campanhas de doação, em parceria com militantes políticos e a Universidade Federal de Santa Catarina, que apoia a consolidação da Escola Popular Marighella.

A relação entre movimento social e educação, antiga e multifacetada, expressa-se tanto nas ações práticas dos movimentos quanto nos projetos socioeducativos que desenvolvem, como evidenciado pelo MST, que inspira a compreensão das práticas educativas no campo da moradia popular (Gohn, 2019). Embora o MTST e a Ocupação Carlos Marighella sejam distintos em suas trajetórias histórico-políticas e concepções educativas, o diálogo entre educação popular e luta por moradia é fundamental para analisar as dinâmicas presentes neste estudo.

Essa convergência entre a organização social e educativa demonstra a complexidade e o potencial transformador dos movimentos urbanos contemporâneos, colocando em evidência o direito à cidade como uma luta que envolve dimensões políticas, sociais e pedagógicas essenciais para a construção coletiva de alternativas frente às desigualdades urbanas.

### **1.1 Políticas habitacionais, segregação urbana e o surgimento da Escola Popular Marighella**

A política de habitação na região conurbada da Grande Florianópolis tem provocado debates importantes sobre mobilidade urbana, segregação socioespacial e direito à cidade. Souza e Sugai (2018) analisam o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), com foco no período de 2014 a 2016, demonstrando que, embora tenha incorporado ao mercado formal famílias de baixa renda —

especialmente as da faixa 1 —, suas unidades habitacionais foram majoritariamente construídas em áreas periféricas e mal servidas por transporte público. Tal disposição espacial gerou obstáculos à mobilidade e integração urbana, reforçando desigualdades estruturais, sobretudo para os trabalhadores que dependem do transporte coletivo entre Palhoça, São José, Biguaçu e Florianópolis. A precariedade da infraestrutura e a concentração de empregos no centro da capital contribuem para o isolamento socioeconômico dessas populações.

A Ocupação Carlos Marighella é um movimento político de luta por moradia que surgiu em maio de 2022, no bairro Guarda do Cubatão, em Palhoça (SC), quando cerca de 100 famílias ocuparam um conjunto de prédios abandonados. A ocupação foi articulada por moradores do bairro e militantes ligados à corrente sindical Unidade Classista, muitos deles com vínculos com o Partido Comunista Brasileiro. A ação direta teve como objetivo central reivindicar o direito à moradia popular e visibilizar a situação de trabalhadores migrantes e de baixa renda que enfrentavam aluguéis abusivos e exclusão dos centros urbanos. Em menos de três dias, os ocupantes foram ameaçados de despejo por moradores vizinhos, que alegavam a futura reforma e comercialização dos imóveis ocupados.

Nesse contexto de organização política, foi criado um perfil nas redes sociais para divulgar a ocupação e promover campanhas de arrecadação de alimentos, roupas e materiais básicos. O movimento recebeu apoio do Movimento pela Universidade Popular (MUP) de Santa Catarina, que articulou caravanas com estudantes da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), fortalecendo a rede de solidariedade entre universidade e território. Essa conexão viabilizou atividades de pesquisa, extensão e formação política.

É nesse contexto de exclusão e luta que emerge a Ocupação Carlos Marighella. Desde sua criação, os moradores enfrentam desafios estruturais relacionados à moradia, sendo forçados a se reorganizarem após despejos e remoções. A escola popular, embora idealizada desde o início da ocupação, só pôde ser estruturada a partir de 2023 e consolidada em 2024, com a ocupação de um novo terreno. Segundo relato de um coordenador (Entrevista, 2024), o objetivo da escola é formar militantes e fortalecer a organização da luta por direitos. Dialogando com Brandão (2021), a educação popular que se institui no local baseia-se na desordem pedagógica criativa, partindo do encontro horizontal entre educadores e educandos para promover saberes a partir da experiência cotidiana.

A educação popular, conforme Scortegagna e Oliveira (2006), supõe uma relação mútua e democrática de ensino-aprendizagem, possibilitada pelo diálogo entre movimentos sociais,

moradores e educadores. Na Escola Popular Marighella, essa proposta pedagógica se materializa não apenas em conteúdos formais, mas em atividades como a Educação Ambiental, que articulam práticas de cuidado com o território, alimentação e sustentabilidade. O diálogo entre a teoria e as demandas concretas do território transforma a escola em um espaço de ação política e social, onde os saberes populares são valorizados e vinculados à resistência cotidiana. Como afirma Brandão (2021, p. 6), a educação popular nasce do encontro igualitário de saberes, em que todos participam do processo de pensar, dizer e decidir. No caso da Ocupação Carlos Marighella, esse encontro é forjado nas lutas por moradia e justiça urbana, consolidando-se como um instrumento de organização coletiva diante das contradições do urbanismo excludente.

A educação popular, nesse cenário, surge como um eixo estruturante da luta social, sendo compreendida como ferramenta de transformação coletiva e formação de consciência crítica. Para Lima (2023), ela se constitui a partir das vivências de grupos historicamente oprimidos, utilizando os saberes da comunidade como base para o processo de ensino-aprendizagem. É nesse sentido que a ocupação passa a ser também espaço educativo: o cotidiano vivido, os enfrentamentos e as formas de organização coletiva se tornam matéria-prima do processo formativo, tanto para os moradores quanto para os apoiadores.

Gerhardt e Frantz (2019) apontam que a educação popular, ao valorizar os saberes locais, amplia as possibilidades de formação e mobilização social, consolidando práticas pedagógicas ligadas à realidade concreta dos sujeitos. Assim, a primeira fase da Ocupação Carlos Marighella não representa apenas a busca por um espaço físico para viver, mas também o início de uma experiência política de formação coletiva que tem como horizonte o direito à cidade e a construção de novas territorialidades. Trata-se de uma prática social que, por meio da resistência e da educação crítica, articula conhecimento, identidade e transformação social.

## **1.2 Do despejo à formação popular**

A segunda fase da Ocupação Carlos Marighella se inicia em junho de 2022, após um despejo forçado do terreno anteriormente ocupado, mesmo com a vigência da Lei nº 14.216/2021 (Lei do Despejo Zero). A ação de reintegração ocorreu de madrugada e foi conduzida com forte aparato policial, incluindo Cavalaria, Tropa de Choque e Polícia Militar. Relatos dos moradores indicam que pertences foram destruídos, e que os ocupantes foram transferidos compulsoriamente para um ginásio de esportes no bairro Caminho Novo. Esse espaço, que já cumpria função social voltada ao

lazer, foi inadequado e insuficiente para acolher as famílias, que se encontraram em situação de precariedade e vulnerabilidade.

Ainda nesse contexto, a ocupação articulou um Festival Cultural com artistas do Hip-Hop e do Slam Cruz e Souza, evento que foi interditado por representantes da Prefeitura de Palhoça. Apesar disso, uma assembleia geral foi realizada no mesmo dia, marcando um novo momento de mobilização e articulação da comunidade. Nesse encontro, os moradores discutiram estratégias de reorganização e decidiram os próximos passos do movimento.

A terceira fase da Ocupação se iniciou em julho de 2022, quando cerca de 80 famílias ocuparam um novo terreno abandonado há cerca de oito anos, no bairro Aririu da Formiga. Essa ação foi motivada pelo mesmo princípio da função social da propriedade. Desde então, a ocupação tem sido palco de diversas atividades organizadas com o apoio de militantes, acadêmicos, artistas e educadores populares. Feijoadas, eventos culturais, campanhas de doação, comemorações e reuniões coletivas fazem parte de uma rede de solidariedade que sustenta a permanência das famílias e o fortalecimento do movimento.

Nesse contexto, a educação popular se consolida como uma ferramenta estratégica para transformar a realidade vivida pelos ocupantes. Em entrevista realizada com o coordenador da Escola Popular Marighella, ele afirma que a educação é um meio para alcançar direitos mais amplos, como moradia, saúde e participação política. Ela deve ser entendida não apenas como capacitação, mas como transformação da forma como os sujeitos percebem e intervêm no mundo. A educação popular, portanto, é um instrumento de emancipação e de construção de novos horizontes coletivos.

Esse projeto educativo se apoia em referências como a Pedagogia Histórico-Crítica de Saviani (2020), que articula o processo pedagógico à historicidade das formas de produção da vida humana, e Paulo Freire, que propõe a conscientização como elemento central da prática educativa transformadora. A educação popular emerge, assim, como um processo que nasce da realidade concreta e se estrutura com base no diálogo e na vivência cotidiana dos sujeitos envolvidos.

Lima (2023) contribui ao situar as experiências da educação popular em territórios de resistência, que envolvem desde rodas de conversa até manifestações e ações de base. Esses territórios se constituem como espaços de elaboração coletiva, enfrentamento de adversidades e fortalecimento político, nos quais a educação se afirma como uma prática de formação crítica e emancipadora. Nesse sentido, a Escola Popular Marighella não apenas oferece atividades educativas, mas se configura como um núcleo de construção política que fortalece a luta por direitos, articula redes de apoio e amplia a capacidade de ação da comunidade frente às estruturas de exclusão urbana.

### 1.3 Perspectivas das moradoras e experiências educativas na Escola Popular Marighella

As experiências vividas pelas famílias da Ocupação Carlos Marighella, especialmente no período de permanência forçada no ginásio de esportes, revelam o quanto a violação do direito à moradia se associa também a uma violação da dignidade humana em múltiplas dimensões. Uma moradora, ao ser entrevistada, expressa a indignação coletiva diante da abordagem da prefeitura e das condições precárias a que foram submetidos:

Quando chegamos, no primeiro dia de manhã, eles (os secretários) estavam nos aguardando, colocaram alguns colchões, que não dava nem para metade do pessoal que tínhamos na época, então eles fizeram uma ficha oferecendo para nós o aluguel social. E sempre deixamos bem claro, que não queríamos o aluguel social, queríamos moradia popular, estávamos atrás de moradia [...] (Entrevista concedida à autora, 2023).

A moradora relata ainda o sentimento de constrangimento e indignidade por ter de dormir coletivamente em um espaço sem privacidade, sem banheiros funcionais e com alimentação precária, marcada, inclusive, por episódios de desrespeito:

No nosso banheiro feminino, não tinha chuveiro, nenhum funcionava, tomávamos banho no banheiro masculino, que também era bem constrangedor, tinha que manter a porta trancada, tinha que esperar às vezes, tinha gente lá tomando banho, tinha que esperar aquela pessoa sair, às vezes, os meninos também estavam usando o banheiro. Tínhamos que esperar os meninos sair, inclusive, eles (secretários) levaram marmita também, para nós, no primeiro dia, foi tranquilo, já no segundo dia, veio marmita com barata, que foi bem triste, eu achei um absurdo, dava para ver que aquela barata havia sido colocada de propósito, ela não caiu dentro da comida. Ela estava bem em cima, assim, dava para ver que tinha sido colocada mesmo. Porque eles não gostavam da gente, né? (Entrevista concedida à autora, 2023).

Tais condições evidenciam o quanto o Estado, ao não garantir o direito fundamental à moradia, reforça processos históricos de exclusão e precarização. O espaço do ginásio, inadequado como moradia, expôs não apenas os corpos, mas também a luta política e o desejo de transformação social dos moradores.

Neste contexto, a educação popular assume um papel central como instrumento de reconstrução coletiva da dignidade e da ação política. Segundo Lima (2023), os territórios de resistência devem ser pensados como matrizes pedagógicas fundamentais para a construção de novos projetos educativos e políticos, comprometidos com a justiça social. A articulação entre educação e movimento social, como expressa por Paludo (2008), não se limita à transmissão de conteúdos, mas à produção de uma leitura crítica da realidade e ao fortalecimento de sujeitos coletivos, que passam a enxergar-se como agentes de mudança social.

As práticas pedagógicas da Escola Popular Marighella traduzem esse movimento. Ao longo de 2024, diversos projetos educativos foram estruturados em parceria com estudantes da UFSC,

especialmente das áreas de Engenharia Sanitária e Ambiental, que participam ativamente dos processos educativos da ocupação. As aulas, construídas de forma coletiva, valorizam as narrativas dos moradores, sua memória social e seus saberes cotidianos. As atividades são iniciadas com perguntas-problema que provocam reflexões sobre a realidade vivida, abrindo espaço para relatos e experiências.

Uma das educadoras populares relatou: “Atualmente já vemos composteiras sendo criadas, separação do lixo sendo feita e uma melhor noção dos seus direitos em relação ao saneamento” (Entrevista realizada em 2024). Essa troca de saberes vai além do conteúdo programático. Envolve uma escuta ativa, sensível e igualitária. Outra educadora popular complementa: “Às vezes sinto que aprendo mais com os moradores do que ensinamos. São experiências de vida muito diferentes que agregam muito para o desenvolvimento do projeto e pessoal também” (Entrevista realizada em 2024).

Esse caráter dialógico é próprio da pedagogia popular. Como propõe Paulo Freire, trata-se de transformar a educação em um processo de conscientização política, no qual ensinar e aprender se confundem com o ato de intervir no mundo. Também Demerval Saviani (2020), ao propor a pedagogia histórico-crítica, destaca a importância de articular os modos de produção da existência humana ao processo educativo, tornando a escola um espaço de disputa por projetos de sociedade.

No interior da Ocupação Carlos Marighella, essas experiências educativas têm produzido efeitos significativos sobre o cotidiano das famílias. Em entrevista concedida à autora, uma moradora expressa como a convivência nos processos coletivos e a vivência das aulas alteraram sua percepção sobre a coletividade e o pertencimento:

Querendo ou não, a gente vive no coletivo, então quando a gente às vezes, é tipo assim, a gente não entende muito bem o que é o coletivo até a gente começar a participar. Então, o coletivo na verdade é você cuidar do ambiente como coletivo e você automaticamente se cuidar e cuidar do próximo. Então para a minha experiência, cada dia que passa, cada dia que a gente vai participando, a gente aprende mais ainda e a gente aprende. Ainda tem desafio por mais que às vezes a gente tenha ‘Ah, mas não é meu sangue’ mas ali a gente entende muitas das vezes que a gente é camarada e que a gente precisa um do outro. (Entrevista realizada em 2024).

Essa fala evidencia a potência transformadora da educação popular, que se faz no cotidiano, na escuta e na partilha de experiências. Para além das dificuldades enfrentadas no processo de luta por moradia, a Escola Popular Marighella torna-se uma ferramenta concreta de formação política, de reconstrução do vínculo comunitário e de reafirmação do direito de sonhar coletivamente com outras formas de existir na cidade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A presente pesquisa teve como objetivo compreender a articulação entre o movimento de luta por moradia e a construção da educação popular na Ocupação Carlos Marighella, situada em Palhoça (SC). Ao unir teoria e experiência, procurou demonstrar como práticas educativas insurgentes emergem dos territórios de resistência, contribuindo para a formação política de seus moradores e para a elaboração coletiva de alternativas ao modelo excludente de cidade imposto pelas lógicas neoliberais.

A ocupação, surgida em 2022, expressa não apenas uma reivindicação por moradia digna, mas também uma denúncia das limitações das políticas públicas habitacionais que, muitas vezes, não contemplam a população que mais necessita. Ao mesmo tempo, a Marighella inaugurou um espaço de reorganização política da classe trabalhadora, revelando como a coletividade pode se constituir como forma concreta de resistência. Os relatos das moradoras e moradores evidenciam que, mesmo diante dos despejos, da violência institucional e da negligência do poder público, persiste o desejo e a luta por um futuro comum; o de habitar com dignidade e autonomia um território construído por e para os trabalhadores.

Neste processo, a educação popular emerge como eixo articulador da formação crítica e da práxis coletiva. Mais do que transmitir conteúdos, a escola popular constitui-se como espaço de escuta, construção conjunta de saberes, partilha de vivências e elaboração de estratégias para a transformação da realidade. As aulas, oficinas e rodas de conversa desenvolvidas nos últimos dois anos revelam a força de uma pedagogia enraizada no cotidiano, que parte das necessidades concretas dos sujeitos, como o saneamento, a organização do espaço e a consciência sobre seus direitos. Como demonstrado pelas entrevistas, essa experiência educativa possibilita que os moradores se apropriem dos conhecimentos produzidos por eles mesmos e reconheçam-se como sujeitos históricos de sua luta.

Nesse sentido, o projeto da Escola Popular Carlos Marighella não apenas resiste, mas reinventa a educação: transforma o território em sala de aula, o cotidiano em conteúdo e a luta em método. Ao mesmo tempo, desafia a fragmentação entre teoria e prática e amplia as fronteiras do que se entende por política educacional. Os relatos colhidos nas entrevistas também reforçam que, para além do acesso à moradia, o que está em jogo é o direito a sonhar com uma sociedade diferente – onde os direitos sociais sejam efetivos e onde a vida possa florescer coletivamente.

Por fim, o estudo aponta para a necessidade de fortalecer redes de apoio, produção de conhecimento e ação política em torno das ocupações urbanas, reconhecendo-as como espaços

legítimos de produção de alternativas ao status quo. A Ocupação Carlos Marighella nos ensina que resistir é também educar, planejar, cultivar e sonhar; e que nenhuma política pública será suficiente sem a participação ativa dos sujeitos que fazem a cidade existir. A educação popular, nesse contexto, torna-se mais do que um instrumento: é condição para imaginar e construir um mundo novo.

## **MATERIAIS SUPLEMENTARES**

Para a elaboração deste artigo, foram utilizadas fontes empíricas provenientes de entrevistas semiestruturadas realizadas com moradores e coordenadores da Ocupação Carlos Marighella, conduzidas entre 2022 e 2024. Além disso, dados qualitativos complementares foram coletados por meio de questionários aplicados a educadores populares e discentes envolvidos nos projetos de extensão vinculados à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). As entrevistas foram transcritas e analisadas sob a ótica da análise de conteúdo, visando compreender as práticas educativas e as dinâmicas sociais no contexto da ocupação. Também foram incorporados documentos institucionais e registros fotográficos de acervos pessoais, utilizados para fundamentar e ilustrar as discussões presentes no texto.

## **DECLARAÇÃO DE APROVAÇÃO ÉTICA**

Este trabalho é resultado de uma pesquisa desenvolvida no âmbito de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC/TCL) de graduação, realizada durante um único semestre letivo e vinculada a uma disciplina obrigatória. Em virtude da limitação temporal e da não exigência formal de submissão ao Comitê de Ética por parte da coordenação e da orientação, a pesquisa não foi submetida a um Comitê de Ética em Pesquisa. Ainda assim, todas as diretrizes éticas previstas na Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde foram rigorosamente seguidas, com especial atenção ao respeito à dignidade, à voluntariedade e à confidencialidade das pessoas participantes. Todos(as) os(as) envolvidos(as) assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, autorizando o uso das informações fornecidas para fins exclusivamente acadêmicos e científicos.

## **REFERÊNCIAS**

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Educação pública, educação alternativa, educação popular e educação do campo: algumas lembranças e divagações. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 42, e255951, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/wZq85C8yzyjzZnPwrJfxPq/?lang=pt> . Acesso em: 03 jun. 2025.

CANELLA, Francisco. O movimento dos sem-teto em Florianópolis: mudanças no perfil dos atores e práticas (1990-2014). *Revista de Ciências Humanas*, v. 50, n. 2, p. 268-288, jul./dez. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/2178-4582.2016v50n2p268> . Acesso em: 02 jun. 2025.

DOMINGOS, Larissa M. “Aqui no Cambirela, resiste Marighella” – o direito à cidade e a Ocupação Carlos Marighella. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Sociais) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/252886> . Acesso em: 17 abr. 2024.

DOMINGOS, Larissa M. As experiências educativas na Escola Popular da ocupação urbana Carlos Marighella. Trabalho de Conclusão de Licenciatura em Ciências Sociais – Universidade Federal de Santa Catarina, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/263525> . Acesso em: 03 jun. 2025.

FILHO, Roberto Carlos Amaro. Meio ambiente e o ensino de sociologia: as possibilidades de uma educação ambiental crítica na educação básica de Santa Catarina. Trabalho de Conclusão de Licenciatura em Ciências Sociais – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022.

GERHARDT, Milton César; FRANTZ, Walter. Educação popular e movimentos sociais: possibilidades de relações democráticas. *Revista de Educação Popular, Uberlândia*, v. 18, n. 1, p. 92–104, 2019. DOI: 10.14393/rep-v18n12019-46367. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/46367> . Acesso em: 04 jun. 2025.

GOHN, Maria da Glória. *Participação e democracia no Brasil: da década de 1960 aos impactos pós-junho de 2013*. Petrópolis: Vozes, 2019.

HARVEY, David. O direito à cidade. In: *Lutas Sociais*, n. 29, p. 73-89, jul./dez. 2012. Tradução de Jair Pinheiro.

LIMA, Rosa Malvina Melo de. Territórios de resistências da educação popular dentro dos movimentos sociais. *Anais IX CONEDU... Campina Grande: Realize Editora*, 2023. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/100299> . Acesso em: 04 jun. 2025.

PALUDO, Conceição. Movimentos sociais e educação popular: atualidade do legado de Paulo Freire. In: *II Seminário Diálogos com Paulo Freire: educação popular, formação profissional e movimentos sociais*, 2008, Pelotas. *Anais... Pelotas*, 2008. p. 01-13.

SAVIANI, Demerval. A pedagogia histórico-crítica. *Revista Binacional Brasil-Argentina: Diálogo Entre As Ciências*, 3(2), p. 11-36, 2020. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/rbba/article/view/1405> . Acesso em: 04 jun. 2025.

SCHERER-WARREN, Ilse; LUCHMANN, Lígia Helena Hahn. *Movimentos sociais e engajamento político: trajetórias e tendências analíticas*. Florianópolis: Editora UFSC, 2015.

SOUZA, Eduardo Leite; SUGAI, Maria Inês. Minha Casa Minha Vida: periferação, segregação e mobilidade intraurbana na área conurbada de Florianópolis. *Cadernos MetrÓpole*, v. 20, n. 41, p. 75-98, abr. 2018. ISSN 2236-9996. Acesso em: 19 out. 2022.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA (TJSC). Agravo de Instrumento n. 5058595-29.2021.8.24.0000, rel. Pedro Manoel Abreu, Primeira Câmara de Direito Público, julgado em 26 abr. 2022.

**DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA:**

Todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo foi publicado no artigo e na seção "Materiais suplementares".

**FINANCIAMENTO:**

Esta pesquisa não recebeu nenhuma subvenção específica de qualquer agência de financiamento dos setores público, privado ou sem fins lucrativos.

**CONTRIBUIÇÃO DAS/DOS AUTORES/AS:** Larissa Miranda Domingos: Conceituação e idealização do estudo; coleta e análise dos dados; redação do manuscrito; revisão crítica do conteúdo intelectual; coordenação geral do projeto.

**DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE:** A autora Larissa Miranda Domingos declara não haver conflitos de interesse.

**MINIBIOGRAFIAS DOS/DAS AUTORAS DO PAPER**

Larissa Miranda Domingos é mestranda em Sociologia e Ciência Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com foco em movimentos sociais urbanos e educação popular. Atua em pesquisas sobre ocupações urbanas e políticas habitacionais.

## Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.